



Sessão Ordinária do dia 22 de setembro de 2025 - Ata n.^o

84.

Ao vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^º Secretário) e **Evandro Araújo** (na função de 2.^a Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **84.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira, destinada à **Audiência Pública para Apresentação dos Dados Relativos ao Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2025**, com a presença do Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Norberto Ortigara. Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, **declaramos aberta a Audiência Pública**. O Secretário terá 30 minutos para a apresentação e mais 15 minutos de prorrogação. Após a apresentação, cada Deputado terá cinco minutos para formular a pergunta; o Secretário terá cinco minutos para responder e a réplica será de três minutos. Solicito aos Deputados que queiram realizar as perguntas que façam a inscrição junto à Mesa. Com a palavra o Secretário de Estado da Fazenda, Norberto Ortigara.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Boa tarde, Presidente Alexandre Curi. Obrigado pela oportunidade. Quero saudar o Deputado Gugu Bueno. Quero



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

saudar o Deputado Evandro Araújo, Relator da Comissão de Orçamento; o Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Romanelli; nosso Líder, Hussein Bakri; Sr.^º Deputados e Sr.^{ªs} Deputadas. Saudar aqui o Luiz Budal, meu Diretor-Geral, e o meu time que está presente aqui: a Dr.^a Gisele, que é a Diretora Nota A da Contabilidade do Estado do Paraná; quero saudar a Deputada 1.^a Vice-Presidente; saudar a Carin Deda, que é a nossa Diretora de Tesouro; o Tadeu, que é o nosso Diretor de Orçamento; a Suzane, que é a Diretora da Receita; todo nosso time aqui. Oito meses transcorridos de 2025 e vamos procurar mostrar aos senhores a nossa leitura. Primeiro, começando rapidamente, sobre a conjuntura econômica, mostrando aqui números melhores do que aqueles verificados no ano passado. Todos sabem que, no ano passado, tanto o Brasil quanto o Paraná tiveram frustração de safra e, neste ano, estamos concluindo no Brasil a colheita da maior safra de grãos da história, por exemplo, que deve carimbar, se nada acontecer de ruim com o trigo e a cevada até o fim de outubro/novembro, 350 milhões de toneladas, já com crescimento de 16%. É isso que, de alguma forma, contribui para uma expansão do PIB nacional por volta de 2,2%, 2,3%. E já projetando aqui – não está na tela de vocês, mas eu falo de garganta – um primeiro dado, um chute calculado, feito pelo Governo Federal, para 353,7 milhões de toneladas a previsão de safra de grãos 2025/2026. No nosso Estado não é diferente, encerramos 2024/2025 com aproximadamente 46,3 milhões de toneladas, muito puxado por soja e milho – soja 21,3 milhões de toneladas, as duas safras de milho superando 20 milhões e 400 mil toneladas, acabando a colheita agora –; feijão, líder nacional, 850 mil toneladas; trigo, em colheita, neste momento, 2,6 milhões; assim, outros cereais, oleaginosas e leguminosas. Só para dar uma dimensão: Brasil, 171 milhões de toneladas de soja, junto com milho, mais 140 dos 350, então dá boa parte desses dois produtos. Açúcar, 44 milhões de toneladas no Brasil; etanol, 26,8 bilhões de litros; café, este ano, 55,6 milhões de sacas. O Paraná tem uma participação bastante relevante também na produção de açúcar, 2,86 milhões de toneladas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

na produção de etanol, 1,15 bilhões de litros, ingressando cada vez mais no etanol de milho. Duas novas plantas em instalação neste momento: uma na Lapa, Grupo Potencial; e outra em Campo Mourão, Cooperativa Coamo – dois megainvestimentos. Também produção de carnes, tanto no Brasil quanto no Paraná, nunca teve uma dinâmica tão relevante quanto agora. Acabou de divulgar, o IBGE agora, os dados do segundo trimestre, mas é 15,4 milhões de toneladas de frango, 11 milhões de toneladas de boi, 5,5 milhões de carne suína – uma carne que cresce em importância aqui e no mundo. Portanto, mais de 32 milhões de toneladas. Nesse setor, o Paraná é líder, com mais de 6,5 milhões de toneladas; líder em frango tanto na produção quanto na exportação; líder em peixe, que sofre neste momento pela sanção americana, pela tarifa; segundo colocado em crescimento, 21,7% da produção de carne de porco, que ganha novos mercados – mercados recém-abertos, como o Chile, e mercados em abertura, como o México, como a Coreia, como o Japão e outros mercados relevantes –, portanto, mostrando a força do agro. Pode passar, Luiz, por favor. A atividade econômica, que é uma prévia do PIB que o Brasil calcula desde 2010, tem já 15 anos que o Brasil calcula esse parâmetro que o Banco Central faz para dar uma prévia, para orientar a sociedade, orientar as empresas, orientar os cidadãos como é que está o comportamento da economia. Essa atividade econômica veio alta, veio importante e temos não uma certeza, mas uma direção de que o PIB pode crescer de fato no Brasil acima de 2,2%, 2,3%. Aqui no Paraná cresceu, nos primeiros seis meses do ano, 3,8% o PIB – Produto Interno Bruto, soma das riquezas –, o que nos dá uma certa... não garantia, mas é um “cheiro” de que encerraremos 2025 abrindo aí um 0,7%, 0,8% em cima do Brasil, um crescimento perto de uns 3%, quem sabe. Nos primeiros seis meses, o agronegócio cresceu 13,6% no Paraná, a agricultura como um todo; a indústria, 3,43%; e o serviço um pouco menos, 2,43%. O mercado de trabalho continua superaquecido: taxa de desocupação no Paraná, 3,8%; desocupação no Brasil, 5,8%; ambas pressionando inflação. É a leitura apenas de realidade. Quando



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

você tem um mercado de trabalho aquecido e falta gente, se começa a roubar gente de outro pagando mais e isso força e aquece o poder de compra de uma parcela da população, que acaba virando em infração. Rendimento médio também alto, nunca esteve tão alto assim, chancelando essa fala que fiz agora de que, de fato, o mercado trabalha aquecido faz a média salarial subir. Inflação: estamos no Brasil crescendo ao nível aí dos cinco ponto qualquer coisa, 5,1%, quem sabe chegando ao final do ano ao nível de 4,8%. De qualquer forma, ainda longe do teto da meta – 4,5% – e ainda longe do centro da meta – 3% do Brasil. Por isso, a Selic é mantida a 15% e por isso, provavelmente, em dezembro, no Copom, Selic mantida a 15%, na contramão do que fez o Banco Central Americano agora – baixou um pouquinho, 0,25% – porque lá também começou a ter desemprego, aumentou a taxa de desocupação. Aqui ainda andando com rédea curta para que de fato a inflação se comporte, porque estamos com o nível tanto de preço administrado quanto de alimentos rodando acima da inflação média geral de todos. Então, esse é um breve panorama, Sr.^s Parlamentares, sobre o mundo em que estamos vivendo, com ainda uma inflação um pouco alta, desemprego baixo, rendimento médio um pouco mais para cima, produção agrícola forte, serviços rodando menos, indústria recuperando um pouco do terreno. Esse é um panorama genérico. Resultados fiscais: só para deixar aqui bonitinho na placa, tivemos uma prévia. O Luiz foi a Brasília receber, todo chique, uma prévia da manutenção da Capag A do Estado do Paraná, mas também agora, reafirmando, pelo quarto ano seguido, qualidade da informação contábil. Hoje é *Dia do Contador*. Parabéns aos contadores presentes, na pessoa da nossa Contadora-Geral aqui, a Gisele, é o dia 22. Esta Assembleia aprovou uma lei homenageando os contadores públicos. Não foi sancionada hoje porque não subiu para sancionar, mas seria sancionada, homenageando. Obrigado, Líder, por conduzir esse processo junto com os Parlamentares. Passo a palavra para o Luiz agora conversar um pouquinho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Boa tarde a todos e a todas. É uma satisfação retornar a esta Casa, na qual trabalhei por longos três anos e meio. Agradecer também a presença aqui da equipe da Sefa, do pessoal que está em casa acompanhando também. Vamos mostrar aqui as receitas realizadas. O Estado teve um crescimento de 1,6% até o segundo quadrimestre, janeiro a julho. É um destaque aqui o ICMS. O ICMS teve um crescimento nominal de 3,8%, mas uma pequena queda de 1,3%. Então, é um fato para mantermos a atenção, lá na Secretaria da Fazenda estão buscando incrementar essa arrecadação. Mesmo assim, o Estado ainda demonstra uma robustez fiscal até agosto de 2025. Aqui mais detalhes da arrecadação de ICMS. Então, mesmo com essa pequena... Dá para dizer de uma perda de ímpeto, principalmente no segundo quadrimestre de 2025, ainda estamos no maior patamar da história de arrecadação de ICMS, pegando desde agosto de 2014.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Tive a oportunidade de falar ali fora para a imprensa: estamos gerando nos últimos quatro meses – três meses e pouco – uma perda de ímpeto da arrecadação de ICMS. Tanto é que o número mostra aqui -1,3% real, queda real de arrecadação, de ICMS. Provavelmente tem a ver com perda de dinamismo da economia em função – também do gasto corrente das pessoas – da manutenção do juro elevado, inibindo investimento, inibindo rodas as empresas a plena atividade. Então, há um estudo sendo feito, tanto por nós, Fazenda, quanto em receita, quanto em Ipardes, no sentido identificarmos isso. Se isso se perpetuar, Presidente da Comissão, temos que tomar medidas um pouco mais fortes, mas, mesmo assim, ainda roda em nível elevado. Está uma arrecadação alta, mas com perda de dinamismo, com queda real nos primeiros oito meses do ano.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Agora falando um pouco das despesas, é interessante notar que a despesa com o pessoal do Estado do Paraná, mesmo no Poder



Executivo, não considerando data base este ano e o ano passado, tem um crescimento nominal de 6,9%, o crescimento real de 1,7%, ou seja, um crescimento da despesa com o pessoal acima do crescimento da arrecadação de ICMS, por exemplo, e acima também do crescimento da receita corrente do Estado do Paraná. Outras despesas correntes, ou ADC, que são sempre um ponto de atenção: o Estado também teve um crescimento real na casa de 8,7%. Aqui inclui o crescimento do Poder Executivo um pouco menor do que esse crescimento, mas também o Estado tem acompanhado *pari passu*, inclusive com a publicação ano passado o Decreto n.º 5.919, que limitou o crescimento da despesa corrente a 80% do crescimento da Receita, e também, com efeito agora em 2025, do Decreto n.º 10.255, que gerou uma necessidade de reprogramação dos órgãos. Os investimentos: uma pequena queda em relação a janeiro a agosto. Aqui o dado está tirando... Inclusive tínhamos até batido esse recorde em 2025, mas tirando as despesas interorçamentárias, ficamos, praticamente, no mesmo patamar, apesar de que o investimento do Estado até o dia de hoje já ultrapassou R\$ 5 bilhões. Outras despesas correntes: aqui é basicamente o que falei anteriormente. Os decretos do Poder Executivo têm buscado e têm conseguido reduzir o patamar de crescimento das despesas correntes, que são basicamente as despesas do dia a dia, os contratos de terceirização, locação de mão de obra, diárias, passagens e tudo aquilo que o Estado precisa acompanhar, principalmente lá na Fazenda, para que mantenha o mesmo patamar do crescimento da arrecadação. Tem que ser ideal que a despesa corrente cresça abaixo desse patamar. Aqui os investimentos: o Governo, até o segundo quadrimestre, até o final de agosto, já investiu, empenhou R\$ 4 bilhões e 400 milhões. O destaque positivo para transporte rodoviário, obras de infraestrutura urbana – aqui o Programa *Asfalto Novo, Vida Nova*, R\$ 600 milhões e outras. Praticamente todas as áreas o Estado investindo e batendo recorde de investimento também. Os investimentos, aqui liquidados; efetivamente é o que o Estado entrega para a sociedade. É quando, de fato, o investimento é... a entrega,



por exemplo, medições de obra, tem o veículo entregue, o Estado batendo mais um recorde de investimento liquidado. Saltou de R\$ 1,5 bilhão, praticamente em 2024, para R\$ 2 bilhões e 300 milhões. Esse é um dado bastante relevante, fruto de um esforço do exercício anterior de fazer vários empenhos – investimentos – e agora o Estado está vendo essas entregas acontecendo. Vemos, por exemplo, a ponte de Guaratuba em uma execução de quase 75% concluída; 500 km de estrada de concreto, são 18 estradas feitas em concreto que o Estado está fazendo, é o maior programa de estradas de concreto do Brasil; também o resultado agora dos investimentos do Programa *Asfalto Novo, Vida Nova* acontecendo, um programa que, basicamente, vai custar ao Estado R\$ 7 bilhões, também é o maior programa de urbanização, de asfalto urbano, da história do Paraná e, possivelmente, também no nível nacional se destaca. Não se vê nenhum paralelo nesse sentido. Aqui o resultado orçamentário: o resultado muito pouco pior do que o ano passado. A receita realizada, R\$ 47 bilhões; despesa empenhada um pouco menor, teve um aumento R\$ 45 bilhões para R\$ 49 bilhões. Então, um resultado que saiu de 503 milhões positivo em 2024 para uma queda de 130 milhões. Sabemos que estamos no segundo quadrimestre, com o passar dos meses do último quadrimestre, a tendência é que tenhamos um resultado orçamentário positivo em 2025 também. Aqui o estoque de restos a pagar: o Estado também teve... a inscrição aumentou um pouquinho de 2024 para 2025. Já pagamos R\$ 4,1 bilhões, em relação ao ano passado, tinha até final de agosto R\$ 3,8 bilhões. Então, o saldo de RP de 2025 está na casa de R\$ 2,4 bilhões. O Estado também pagou de RP em investimentos R\$ 1,8 bilhão, também fruto de uma programação para melhorar, para aumentar o patamar de investimentos do Estado e também um esforço que a Secretaria da Fazenda tem feito de reduzir o estoque e a inscrição de restos a pagar que, de fato, pretendemos inscrever menos RP no exercício de 2025. Resultado primário do Estado: no ano passado, um resultado positivo de R\$ 7,2 bilhões; o resultado de 2025, um pouco menor, R\$ 7 bilhões, mas ainda dentro da meta de 2025, que seria na casa de



R\$ 1,9 bilhão. Resultado Previdenciário do Estado do Paraná: uma insuficiência financeira, basicamente, a diferença de receitas e despesas dos fundos de repartição simples, Fundo Financeiro e Militar, R\$ 5,3 bilhões no segundo quadrimestre. Esse valor ainda tende aumentar em decorrência de pagamento de 13.^º e de despesas que serão assumidas ao longo do próximo quadrimestre. Registro positivo: o Fundo Previdenciário, que é o Fundo capitalizado do Estado do Paraná, um Resultado positivo de R\$ 611 milhões. Hoje é o Fundo mais capitalizado do Brasil, tem aproximadamente R\$ 13 bilhões de patrimônio. E não é só um patrimônio da Paranaprevidência, do Governo do Estado, é um patrimônio de todo o Estado do Paraná que, de fato, vai garantir aposentadoria do seu servidores no futuro, muito bem gerido, com muito profissionalismo pela Paranaprevidência, também, de fato, a melhor gestora de RPPS do Brasil. Saldo da dívida: o Estado, também uma dívida controlada. O Estado do Paraná hoje tem uma das menores dívidas do Brasil. Saiu de dezembro de 2024 de R\$ 29,2 bilhões para R\$ 27,4 bilhões. Destaque positivo: redução do valor de estoque de precatórios, de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 6,2 bilhões. O Estado tem cumprido o acordo de pagamento de precatórios junto ao Tribunal de Justiça...

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Por falar em precatórios, na última sexta-feira, encaminhamos ao Tribunal de Justiça o plano de pagamento de precatórios de 2026. Houve uma recente alteração na Constituição da República Federativa do Brasil, a Emenda n.^º 66, pela qual nós, pelo tamanho de receita corrente líquida, pela regra estabelecida, poderíamos pensar em destinar apenas 1% no ano que vem – certo, Karen? 1%. Estamos pagando acima de 2,5% e iríamos pagar 3,377% no ano que vem e decidimos encaminhar ao TJ uma proposta de continuar pagando em torno de 2%, para ser bem exato, que era para continuar acelerando a redução da fila dos credores do Estado – seja alimentar, seja de outra natureza. O TJ e nós estamos classificando as dívidas de precatórios nas suas várias facetas, separando do que é alimentar do que é



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

investimento, para nos ajudar a ter uma clareza. Então, mesmo tendo havido uma modificação da Constituição, vamos continuar pagando em torno de 2%, um pouco abaixo do que pagamos hoje, mas muito acima, o dobro do que exigiria a atual Emenda, a norma constitucional em vigor que foi promulgada na última semana, o que também nos ajuda a manter as contas em dia, mas também permite que os credores ponham a mão no seu dinheiro. Então, uma medida importante que encaminhamos para... A par disso, o Tribunal de Justiça colocou na praça um edital para ter uma segunda saída de precatórios. Estamos pagando absolutamente em dia todos os meses, inclusive mantendo os fundos lá equilibrados – o mínimo equilibrado. Cerca de quatrocentos e poucos milhões estão aqui no TJ para serem desovados para os credores, e o Tribunal acabou de publicar um edital para fazer acordo direto com os credores, uma linha; e a outra linha normal, que é pela ordem cronológica. Havendo sucesso nessa “desova” de precatórios na forma de acordo direto, provavelmente vamos mudar o Decreto que regula isso botando mais dinheiro nessa forma de credores receberem a sua parcela. Então, são duas notícias importantes acerca de precatórios: baixamos muito o nosso tamanho de dívida, então queremos continuar desovando, pagando a quem é de direito o que é de direito.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Perfeito, Secretário. Agora só falando um tópico sobre alocação eficiente do orçamento. De forma recorrente, a Secretaria da Fazenda tem sido cobrada sobre o número de atos orçamentários e estamos fazendo um esforço contínuo, esforço que já vem surtindo efeitos. Atos orçamentários, decretos de alteração orçamentária: tivemos uma queda, de janeiro a agosto de 2024 em relação a 2025, de 49%. Então, tivemos 191 no ano passado; este ano, 97 atos, ou seja, uma redução considerável de atos orçamentários no Estado do Paraná. Além disso, se observarmos o outro gráfico, em relação a 2024, tivemos um crescimento do valor da LOA para o orçamento disponível, um aumento, até agosto, de 21%. Em 2025, de janeiro a agosto, tivemos um aumento de,



aproximadamente, 4%. Então o orçamento disponível na LOA saiu de R\$ 78 bilhões para R\$ 82 bilhões, ou seja, o Estado vem reduzindo de forma recorrente o número de créditos orçamentários. Além disso, você tem um aumento da liquidação, um aumento na alocação dos recursos gerando menos restos a pagar. Esse é um dos objetivos do Estado. Então, de fato, a Secretaria da Fazenda vem se esforçando para reduzir o número de alterações orçamentárias.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Queria agradecer esta Casa por votar Sr. Líder, a LDO. Houve o entendimento na Comissão de Orçamento para que tivéssemos melhorado esse desempenho. É uma meta que estamos perseguinto, de tirar o Paraná da *rabeira* da execução orçamentária para colocar na posição que merece: lá na ponta, lá na frente, largando na frente dos outros. Então, foi importante essa modificação havida aqui na classificação, permitir a reclassificação de despesa, de tal forma que tivéssemos menos atos orçamentários possível, o que está sendo mostrado aqui também, essa queda bastante expressiva das movimentações. Mesmo assim, os dados estão disponíveis, manejamos muito abaixo do que foi autorizado por esta Casa em termos de realocação, modificação de rubricas orçamentárias. Próximo item, Capag A. Deixa eu falar isso aqui, coisa boa agora, o ruim você fala. Brincadeira. O Tesouro Nacional, na última semana, na última segunda-feira, ele liberou uma prévia... Todos nós calculamos essas coisas porque a Capag tem três notas: endividamento, estamos muito abaixo dos limites; liquidez relativa, estamos muito abaixo do limite; e a poupança corrente, que é uma relação direta entre a despesa corrente e a receita do ano. Isso aqui todos os estados sofrem, estão muito perto desses limites sempre. Houve um esforço, editamos o Decreto n.^º 5.919 e o segundo Decreto é que fez reduzirmos despesa de custeio; o último Decreto impõe segurar o gasto em mais de R\$ 2 bilhões e 300 sem afetar – o Decreto n.^º 10.255 – os serviços essenciais, exatamente para manter bem equacionada essa *perninha* do tripé aqui chamada “poupança corrente”. Mas os dados aqui que o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Tesouro Nacional anuncia, são os dados relativos à posição em 31 de dezembro, e temos, então, uma nota repetida, principalmente agora até o final do ano Capag A, mas também mantendo, pelo quarto ano consecutivo, a leitura que eles fazem lá de qualidade da informação contábil: transparência, bom arranjo, boa demonstração de todas as contas – do ativo, do passivo; dos débitos, dos créditos; e tudo que envolve um bom balanço.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Eu trouxe aqui a placa, inclusive, Secretário, que demonstra... Na verdade, é um prêmio que também não é da Secretaria da Fazenda, mas é de todo o Governo do Estado e de todo paranaense também. São apenas sete estados que têm a Capag A+ hoje no Brasil e, se considerarmos o Estado e a capital Capag A+, só temos três estados: Estado de Rondônia; Estado do Espírito Santo, que tradicionalmente já vem há muitos anos trabalhando com a gestão fiscal, minimizando despesas e por aí vai; e hoje o Estado do Paraná. Até falar em nome aqui da Márcia também, que foi Diretora-Geral lá na Sefaz, este trabalho começou lá, com o Ex-Secretário Renê, do qual a Márcia fez parte, que é um resultado que conseguimos em 2024 apenas, mas que representa anos de esforço fiscal. O Estado do Paraná fez acontecer e hoje – fui realmente a Brasília, semana passada – somos referência, hoje somos o Estado que todo mundo segue de modelo de gestão fiscal. Então, parabéns ao Estado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Solidez fiscal orçamentária faz bem para as pessoas, para as empresas que dirá para um Governo do tamanho do nosso. E, tendo conquistado, Líder, essa posição pela primeira vez na história em 2024, virou assim dogma manter, manter Capag A. Isso sem prejudicar – obviamente, repito aqui – qualquer serviço público relevante. Com vínculos, com amarras constitucionais ou não. Então, estamos trabalhando firmes no estímulo ao investimento para modificar a realidade, mas nos segurar, dentro dos limites sempre aceitáveis, o gasto de custeio. Tão importante esse movimento que – vou



falar para vocês aqui, é público – a Cofix... Vamos dizer assim: nós, o Tesouro Nacional, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o BID, Cofix, aprovamos em torno de 60 dias um pedido de empréstimo exatamente para fortalecer o nosso equilíbrio fiscal, através de um fundo estratégico para o Paraná, que será formulado e encaminhado para esta Assembleia, provavelmente em outubro, para manter a solidez fiscal a longo prazo, enfrentar catástrofes e também manter a nossa pegada no fomento à economia, tão logo cesse a guerra fiscal com a reforma tributária. Então, solidez fiscal abre porta, baixa juro, torna mais fácil a relação, especialmente, com o mundo das finanças, seja daqui ou do exterior. Esse movimento estamos fazendo no sentido de manter... O Espírito Santo é um Estado tido como equilibrado – também quebrou lá atrás... (É retirado o som.) Manter a longo prazo é um desafio permanente para nós. Regras fiscais, Luiz.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só registrar que muito do resultado da Capag A se deve a esta Casa, que ajudou em muitos momentos a passar projetos difíceis de ajuste fiscal. Então, desde 2015 – 2014, na verdade – são praticamente 10 anos que o Estado teve que buscar esse resultado. Limites legais: o Estado também atendeu todos os limites de forma bastante tranquila. A dívida consolidada líquida hoje é negativa, ou seja, o dinheiro que o Estado tem em caixa, basicamente – se isso fosse possível, é uma simplificação, obviamente – poderia pagar toda a sua dívida e ainda sobraria um valor em caixa. Então, de fato, um resultado bastante positivo. Operações de crédito: também o limite que o Estado utiliza poderia muita operação de crédito assumir e garantias concedidas, muito abaixo de 22%, o Estado ocupando apenas 1,53%. Limites constitucionais à despesa empenhada com educação, acima dos 30% hoje. Tivemos um avanço, a receita líquida de impostos cresceu 6,7%, mas nos gastos para fins de índice da educação, um crescimento de 9,1%, valor de R\$ 1 bilhão superior ao valor de janeiro e agosto de 2024, resultando assim em uma apuração de índice que saiu de 31,29% para



praticamente 32%, ou seja, o Estado gastando, proporcionalmente, mais em educação. Gasto com saúde também chegou a 12,71%, ficou acima do que exige a nossa Constituição. O gasto com saúde é extremamente importante. O Estado tem sido pressionado, até por conta do envelhecimento da população. O Estado passou de 12,43% para 12,71%, um valor adicional de gasto com saúde de R\$ 409 milhões, destaque para assistência hospitalar crescendo 15%, suporte profilático e terapêutico crescendo 17%. O Estado também tendo uma aplicação, principalmente, no segundo quadrimestre já acima do índice constitucional. Até fui procurar, é uma das melhores execuções da história, com certeza, dos últimos cinco, seis anos, até agosto, dos gastos com saúde.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: A minha orientação e a orientação do nosso Governador Ratinho Junior é assim: tem obrigações, é o mínimo que se vai aplicar pela Constituição. Façamos isso ao longo do ano e não com um pancadão no fim do ano, quando tem que correr para cumprir índice apenas. Então, estamos conseguindo melhorar muito em relação ao que vinha sendo praticado no Estado do Paraná. Não é crítica, mas estamos levando – *custeando o alambrado*, como diria o gaúcho, no Dia do Gaúcho, no sábado – o índice no caso da educação, acima; no caso da saúde, acima; e no caso da ciência e tecnologia, receitas tributárias – que ele vai falar agora –, muito, mas muito melhor do que conseguimos fazer no ano passado, que já foi bom.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Perfeito, Secretário. O limite de ciência e tecnologia, a execução de janeiro a agosto, o índice, o Estado é obrigado a gastar 2%. De janeiro a agosto do ano passado, gastou 0,52%; de janeiro a agosto de 2025, já chegamos a 1,12%. Então, o valor saiu de R\$ 94 milhões para R\$ 213 milhões, uma diferença positiva de R\$ 119 milhões, totalizando 125% a mais. De fato, é um esforço que temos feito junto com a Diretoria do Orçamento, junto com a Diretoria do Tesouro, da Contabilidade, para estimular que tenhamos a execução mais



igualitária ao longo do exercício. Estamos conseguindo uma evolução, ainda não é ideal, mas já bastante considerável do limite de ciência e tecnologia. Despesa com pessoal: aqui a despesa é apenas do Poder Executivo, um crescimento de 10,59%, fruto do pagamento das reestruturações que o Estado aprovou no ano passado. Não só no ano passado, mas outras que tiveram impacto em 2025, agora. Todas essas reestruturações, quando você estuda uma carreira, muitas das vezes você começa a pagá-la em setembro, outubro, mas no próximo exercício começa a pagar a partir do começo do ano. De fato, a despesa de pessoal ativo cresceu 8,37%, a despesa com inativo 9,22%, só que a despesa, para fins de índices, teve um crescimento um pouco acima de 10% nos últimos 12 meses. Quando se fala de índice, da LRF, saiu de 41,05% para 42,23%. Também um número que o Estado precisa acompanhar com cuidado, até porque estamos próximos já do limite de alerta do Tribunal de Contas, que seria 44,10%. É isso, senhores. Só fazer um registro que o Estado está em uma situação fiscal bastante importante. Temos muitos desafios ainda pela frente. O Estado conseguiu fazer uma sinalização de redução de imposto, que foi a queda do IPVA, saindo da alíquota de 3,5%, para 1,9%, transformando o Estado com a menor alíquota de IPVA do Brasil. Só que o Estado também não tem só a menor alíquota de IPVA do Brasil. O Estado tem a maior isenção do Simples Nacional do Brasil. O Estado também tem a maior isenção da cesta-básica do Brasil: dos 32 produtos, 21 são isentos no Paraná. É só o Estado do Paraná que tem essa isenção.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Tendo ultrapassado um pouco o tempo inicial, Sr. Presidente, Sr.^a Vice-Presidente Flávia, Gugu, Presidente e o Relator da Comissão de Orçamento, Sr.^s Parlamentares, era isso. Não incluímos neste relatório, porque não é obrigado, mas está disponível para todos os senhores e senhoras, há também a disponibilidade de caixa de cada um dos órgãos, seja caixa bruta, obrigações financeiras ainda a serem cumpridas, caixa líquido, valores que podem ser disponibilizados havendo interesse desta Casa, porque



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

não é obrigatório constar no relatório. Senhor Presidente, é o seguinte: tendo conquistado a Capag A, manter a *ferro e fogo*, para fazer uma boa gestão, continuar evoluindo no nosso reposicionamento como capacidade de execução orçamentária. Amanhã de manhã, faremos uma Audiência Pública, para apresentação à sociedade da nossa proposta de Lei Orçamentária para 2026, que chegará a esta Casa dentro do prazo estabelecido. Enfim, acreditamos ter aqui apresentado a situação real do nosso Estado do Paraná. Ficamos agora à disposição dos senhores e de todos os Parlamentares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Primeiro orador inscrito:
Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Secretário Norberto, Diretor Luiz. Não tenho como não deixar de elogiar o esforço de V.Ex.^{as} no sentido de fazer com que os números pareçam mais próximos da propaganda possível que passa na televisão e que o Governo tanto se esforça para dizer que o Paraná é o melhor dos mundos. Eu vi, Secretário, com bastante atenção, a análise de V.Ex.^a sobre conjuntura, falando sobre a produção agropecuária crescendo, da melhora do desempenho na indústria, dos números de desemprego, menor que a média brasileira, mostra a queda de inflação de alimentos do Estado, o melhor dos mundos. Quando chega para a fase numérica da matemática, há uma queda real de 1,3% na arrecadação de ICMS. Ou a economia do Paraná não está tão boa como está sendo apresentada aqui, ou a conta da isenção fiscal chegou. Essa é a primeira pergunta, queria que V.Ex.^a colocasse isso para nós. Eu coloquei aqui, a pergunta é: se realmente, se tem uma queda de 1,3% real na arrecadação de ICMS, se a leitura econômica está tão condizente com a realidade ou se chegou a conta das isenções fiscais que tanto denunciamos aqui? Um outro ponto, Secretário, há um crescimento de 1,7% nos gastos com pessoais, mais real, mas há 8,7% em outras despesas correntes, ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

seja, terceirizações. O senhor apresenta o *slide* – não tenho o número do *slide*, mas o tenho aqui, que são de despesas empenhadas, esse *slide* aqui ó –, nele V.Ex.^a coloca que os decretos reduziram o avanço do custeio e abriram espaço para ampliação de investimento. Quando pegamos a tabela colocada por V.Ex.^a, olha só que curioso, há um crescimento real nos custeios de 8,7% e uma redução nos investimentos de 5,1%, o contrário do que foi mencionado aí. Para finalizar, essa é a segunda pergunta, ainda com relação aos investimentos: o senhor mostrou, Secretário, um crescimento na liquidação, ou seja, na realização das obras. Em relação aos anos anteriores, os números de infraestrutura propagandeados sempre foram muito superiores. Olha só, fiz uma análise das últimas apresentações de V. Ex.^a. Em 2021, a Sefa apresentou R\$ 1,8 bilhão de empenho, mas hoje só liquidou R\$ 1 bilhão; em 2022, apresentou R\$ 3,5 bilhões, mas liquidou apenas R\$ 1,5 bilhão; em 2023, empenhou R\$ 2,4 bilhões até agosto e liquidou R\$ 1,1 bilhão; em 2024, empenhou R\$ 4,4 bilhões e liquidou apenas R\$ 1,5 bilhão. Agora em 2025, o Secretário mostra um empenho de R\$ 4,4 bilhões até agosto, com liquidação de R\$ 2,3 bilhões. Se olharmos isoladamente, parece um bom crescimento, mas, quando olhamos os últimos cinco anos, percebemos que o empenho não tem se tornado um investimento de fato. A pergunta é a seguinte, Secretário: qual é a dificuldade de se fazer o investimento acontecer literalmente, realmente? Porque fui muito prudente ao fazer essa pergunta. No começo dos primeiros anos, imaginando que são obras – obras levam quatro, cinco, seis anos –, depois pego uma série de 2021 a 2025, que já dão cinco anos, e vejo que o ritmo do empenho é muito diferente da execução. Então, eu gostaria que V.Ex.^a colocasse quais são as dificuldades, até porque podemos ajudar aqui na Casa, nas Comissões Temáticas, a resolver esse problema.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Sei. Primeira pergunta, poderia responder para o senhor politicamente, mas não o farei, pode ser a inflação do Lula, os 5,3%, 5,2% que está comendo os números reais, em termos reais, e não



a dinâmica do próprio Estado do Paraná, mas não é o caso aqui. Tenho a prudência, nos meus 48 anos de Estado do Paraná, de nunca discursar nada que eu não possa honrar a minha palavra. Então, Sr. Deputado, os números que estão aqui, a equipe está aqui, lá não tem nenhuma manipulação de número, está aqui. Se eu aceitasse a sua argumentação, eu os chamaria de manipuladores de informação, coisa que jamais fiz na minha vida desde os tempos em que comecei em Paranavaí a levantar safra agrícola neste Estado. Então, respeito o tom político da sua intervenção, mas, em termos de 1,3% de queda de ICMS, falei lá fora e falei aqui, estamos cheirando um certo efeito – embora estejamos com emprego alto, um pouquinho pior do que estava há poucos meses atrás, mas alto emprego no Brasil e no Paraná – que provavelmente estejamos diante de uma efeito duro de uma Selic a 15%, que é a política monetária, para de fato enquadrar a inflação, que precisamos que, de fato, se comporte um pouco mais e deixe as pessoas com a sua grana normal. Do ponto de vista de resultado, mesmo no investimento, Deputado, este Estado, por esta Casa ajudando, passou a aceitar inclusive doações de projetos feito no interesse público por entidades, cooperativas, doação para o Estado, ao invés de o Estado levar um ano para contratar um projeto, uma licitação, no interesse público, quando publicamente anunciada essa intervenção do Estado. Não me lembro, sinceramente – e aqui é uma questão apenas de jogar números –, nós investimos, empenhamos objetivamente 0,2% a menos em oito meses de investimento. Mas se tudo o que está aí na praça maturar, dobra isso aqui, eu falei na última vez, dobra esse valor. Se o Márcio Nunes, na Agricultura, entregar 1,5 bilhão de máquinas, todos os municípios do Paraná... Se 2 milhões... Estão rodando, está tudo na fase de... A dificuldade maior na execução direta, seja pelas empresas, é de fato contratar, ter projeto aprovado, contratar gente e botar para rodar, essa é a maior dificuldade. Não sei se o Luiz quer intervir na questão da explicação dos investimentos, por favor.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Secretário, me permita só um aparte, Secretário Norberto Ortigara. Sempre gosto muito do seu empenho em relação à defesa que faz de tudo aquilo que trabalha nas políticas públicas, e claro, a sua contribuição é inestimável para o Estado do Paraná. Porém, eu queria fazer... Escrevi recentemente um artigo, que a economia clássica não está conseguindo explicar, que é assim: estamos com empregos demais, ou seja, temos um excesso de vagas de emprego e de salário de menos. Pela economia clássica, liberal, quando você tem um excesso de vagas no mercado de trabalho, é uma tendência do crescimento do valor do salário que é ofertado. E não é isso que ocorre, o salário que temos visto disponibilizado nas Agências do Trabalhador, para dar um exemplo, são salários de pouca qualificação, isso é um pouco do perfil inclusive do desenvolvimento que temos no Brasil – não é no Paraná, é de uma maneira geral, onde nós exportamos a mão de obra mais qualificada para outros países, a partir de 2015 houve uma forte corrente migratória – e, ao mesmo tempo, o nosso salário do setor de comércio e serviços, é pouco superior ao salário mínimo, e o da indústria é um pouquinho acima dos R\$ 2 mil, mas também um salário baixo. Então, assim, quando V.Ex.^a, Secretário, fala sobre a questão da taxa de juros da Selic, mantida em 15% por força do aquecimento da economia, há muitos setores inclusive que estão desacelerados, por exemplo, a construção civil, que é grande empregador. Por quê? Porque praticamente está paralisado, ainda há pouco eu estava com o sindicato da habitação aqui, o Secovi, e todos relatam. Então, quando faço esse questionamento, há uma queda, esse 1,3% da receita real de ICMS especialmente – 1%, não é, 1,3% foi o número que ouvi –, entendo que isso é um indicador que a economia está desacelerando. Então, acho que o Banco Central não está fazendo a leitura correta, inclusive na questão da manutenção da taxa de juros. E considerando, queria uma explicação de algum economista que me explicasse por que temos vaga de emprego demais e salários de menos. Gostaria de fato de conseguir entender isso. Mas é só uma breve consideração a cerca da sua fala.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente. Ah, tem a réplica.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Eu tenho que esperar ele terminar de responder para ter direito à réplica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, o Secretário Ortigara responde, V.Ex.^a tem três minutos de réplica.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Presidente, só fazer um comentário sobre as despesas correntes, que foi a segunda pergunta do Deputado Arilson. Sobre despesa corrente, Deputado, tem vários... Até está no anexo, se você analisar, a locação de mão de obra, nós tivemos um crescimento bastante menor do que o resto das ODCs, cresceu apenas 6% de 2024 para 2025, enquanto que, de 2023 para 2024, tinha crescido 27%. Então, o Estado está fazendo de fato um ajuste quando se fala na terceirização. A despesa corrente leva em consideração algumas escolhas do Governo, por exemplo... Um dos exemplos foram 850 mil kits escolares que o Estado..., é um item de distribuição gratuita. Esse sim cresceu 50% por quê? Porque é uma despesa que o Estado não tinha e passou a ter, mas existe uma importância também de se ter essa distribuição do material. Além disso, teve um aumento bastante acima das outras despesas correntes em merenda escolar, que hoje o Paraná tem a melhor merenda do Brasil, é um reconhecimento também nacional, importante citar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a réplica ao Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Primeiro, Secretário, com todo o respeito a V.Ex.^a, o senhor falou que não ia responder politicamente, mas acabou dando a entender isso. Dizer para V.Ex.^a que é um conceito econômico, quando a inflação aumenta, a arrecadação também aumenta. Então o senhor está querendo



dizer que caiu a arrecadação porque o Lula abaixou a inflação do Brasil de 10% para 6%. Em 2021, a inflação neste País era de 10% e fechou agora na casa dos 6%. Então, a culpa disso o senhor quer dizer que é o Lula? A explicação de V.Ex.^a é isso, mas não me sinto contemplado pela resposta, pela pergunta que fiz quanto à liquidação aqui. Já tenho colocado em outras Audiências Públicas aqui nesta Casa a ineficiência de execução, a transformação do que está no papel em ação. E tenho por obrigação de questionar novamente! Quando listo aqui que, no ano de 2021, se empenha R\$ 1,8 bilhão e executa R\$ 1 bilhão; em 2022, R\$ 3,5 bilhões e executa R\$ 1,5 bilhão; em 2023, empenha R\$ 2,4 bilhões e executa R\$ 1,1 bilhão; em 2024, R\$ 4,4 bilhões e se executa R\$ 1,5 bilhão; e agora em 2025, tem um empenho de R\$ 4,4 bilhões e execução de R\$ 2,3 bilhões e estamos a três meses, vai acontecer o que aconteceu antes! A pergunta é: qual é a dificuldade que vocês estão tendo? Se não são obras de magnitude, de grande tempo, de longo prazo, por que está acontecendo isso? Estou achando aqui que, no final das contas, isso pode ser uma estratégia contábil, alinhada com o discurso político. Mas não quero ser imprudente de acusar. Estou perguntando e nenhuma de V.Ex.^{as} me respondeu a pergunta. Se eu não tiver uma resposta, vou ter que falar somente a minha versão, mas quero ouvir da boca de V.Ex.^{as} o que está acontecendo para isso estar desse jeito. E um outro ponto, para finalizar aqui, está claro, Luiz, meu querido, conterrâneo inclusive, que há um crescimento nas ODCs de 8,7%. A explicação de V.Ex.^a é sobre um item. Quanto é esse item distribuído – que sou favorável, do kit escolar – referente a 8,7%? Quanto ele representa? 1%, 0,2%, 0,3%, 4%? Só queria saber isso. Estou colocando o que a planilha de vocês apresentou aqui.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhor Deputado, se não tivéssemos tomado medidas duras de contenção através dos dois decretos, certamente haveria um crescimento sem freio de ODC. Embora os números sejam crescentes, todo o nosso esforço é para levá-los para serem comportados até o limite mínimo



para não prejudicar serviços, para também mantermos o conceito elevado de boa capacidade de pagamento, o enquadramento do Estado do Paraná. Estamos com obras enigmáticas acontecendo aí: a 280 chegando a Pato Branco, em concreto; Guarapuava a Palmeirinha e Palmeirinha a Turvo, em direção ao Rio Muquilão; Pitanga em direção a Lidianópolis, um pedaço, depois outro, até chegar lá em cima. São obras importantes. Rodovia dos Minérios. Então, temos obras importantes. Anunciamos lá R\$ 336 milhões para fazer de Fazenda Rio Grande a Araucária, que depois vai ligar até chegar a Campo Largo, todas obras importantes. Algumas demoram para começar, eventualmente, até incapacidade de concorrência das empresas boas para termos de fato os serviços feitos. Desde que cheguei à Fazenda, no dia 8 de maio do ano passado, o tom é o seguinte: vamos procurar acelerar. Executar bem o orçamento, estamos conseguindo pouco a pouco. A sua crítica pode proceder parcialmente, sim, mas é o que estamos buscando. Eu denunciei aqui que queríamos ter um orçamento mais executado, mais entregue. Eu mesmo falei, como Secretário de Fazenda, então, estamos trabalhando. Do ponto de vista também, se a inflação aumenta, assim quando você deflaciona, você tira a inflação, o lucro fica menor. Então, em matemática sou medianamente bom também, não é o caso aqui de estressar a nossa conversa. Mas o fato é que estamos, sim, procurando, como Governo, até com a contribuição desta Casa, destinar cada vez mais recursos para fazer investimentos, procurando... Embora possa parecer oito pontos um crescimento muito exagerado, ele seria muito mais do que isso se não tivéssemos usado aqui um facão bem afiado, através de dois decretos, segurando exatamente o custeio. Todo mundo que está em um cargo Executivo quer entregar resultados e, às vezes, resvala para aquilo que é mais fácil, mais rápido. Não! Estamos aí com uma frente grande de... me pediram agora mais centenas de milhões de reais para fazer mais casas no Paraná. Vai entregar devagarinho. São coisas que são importantes para a vida dos... (É retirado o som.)



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao próximo Deputado inscrito, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Secretário, Diretor-Geral, Deputados e Deputadas, Presidente, pessoal da Secretaria que nos honra com a sua presença aqui, meus colegas. Em primeiro lugar, até me assusto quando vejo alguém criticar a questão da renúncia fiscal. O que significa? Que você está dando apoio a alguma empresa, significa que você está gerando renda, emprego. Ou você acha que esses caras que vão trabalhar em uma empresa vão fazer o que com o dinheiro? Vai virar consumo! Mas vai virar consumo com emprego. Sou um defensor de que o Paraná continue gerando emprego e renda. É a minha posição. Respeito quem não a tenha, Arilson, mas a minha posição é essa. Se você puder oferecer terreno, isenção de impostos, o que você puder, ofereça, porque podemos perder para outros estados essa questão. Gente do céu, nunca vi o Paraná realizar tanto como está realizando agora! Com todo o respeito. Em primeiro lugar que estamos respeitando todos os índices. Não ficou nenhum de fora. Qual é a principal pergunta que você tem que fazer? Está tudo dentro do que rege a nossa Constituição? Tudo. Cem por cento. Segundo lugar, qual é a outra questão? É só você olhar para os municípios, todos. E aqui quero deixar claro, represento vários municípios, 60 Prefeitos, inclusive tem 3 que são de esquerda e nenhum município está deixando de receber recursos desses programas do Governo do Estado. Nunca se viu na história deste Paraná uma pavimentação tão concreta, tão significativa em todos os municípios. Asfalto rural, investimento em saúde, investimento em educação, como está sendo feito agora, e tudo está sendo realizado. Então, sei que não é fácil, sei que é um trabalho difícil de ser feito do ponto de vista fiscal, mas vocês têm todo o nosso apoio – falo aqui em nome da nossa Base, e podem contar conosco. Muito obrigado.



SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Inclusive, Líder, estamos destinando mais R\$ 30 milhões, fruto da economia desta Casa e do Executivo, para melhorar e reequipar a nossa Defesa Civil, está bom? R\$ 8 milhões desta Casa e R\$ 22 milhões do Tesouro do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo Deputado inscrito: Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, Ex.^{mo} Sr. Secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, quero cumprimentá-lo e estender ao Luiz e a toda a equipe da Fazenda e também da Receita que aqui comparece mais uma vez na Assembleia. Cumprimentar a população que acompanha esta Audiência Pública. Secretário, hoje tivemos aqui na Assembleia a satisfação de receber inclusive representantes da Secretaria da Fazenda, o Paulo estava aqui, mas estava a Suzane também, da Receita estadual, e com ela também tinha mais lideranças da Receita. Recebemos vários Deputados, entre eles o Deputado Presidente da Assembleia, estava na Audiência Pública, Deputado Alexandre, mas estava também o Deputado Hussein Bakri. Foi uma audiência com produtores de queijo, com produtores também de outros produtos artesanais do Paraná. Já aprovamos aqui na Assembleia um Requerimento que eu apresentei, já foi a V.Ex.^a e, também, foi ao Governador do Paraná, pedindo que o Estado faça adesão ao Convênio 181 do Confaz, para retirar dos queijos e dos demais produtos artesanais da agricultura familiar do Paraná o ICMS, porque já aconteceu isso também no Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, entre outros Estados. Ficamos aqui no meio e perdemos competitividade. Isso é bom para fortalecer a nossa agricultura familiar, é bom para o Estado do Paraná. Eu trouxe aqui o exemplo de alguns queijos. Este aqui, por exemplo, é de Ponta Grossa. Este aqui é medalha de ouro lá na França, no último Concurso Mundial do Queijo. Este aqui é medalha de prata no Brasil, no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

concurso nacional, e também lá em Paris. Este aqui é de Santana do Itararé, em um sítio de três alqueires, e este queijo é vendido, o quilo, a R\$ 150,00; mas nessa mesma queijaria, que é o Sítio Aliança, que V.Ex.^a conhece, tem o Maná Paraná, que é R\$ 250,00 o quilograma, já é ouro, ouro também lá na França. Aqui temos Londrina, este é ouro aqui no Brasil. E este aqui é de Arapoti, é ouro também nacional, já tem até o Selo Arte aqui, pode vender em todo o Brasil. Então, é importante que o Estado também avance. O Estado vai fazer a redução do IPVA, que votamos aqui e é muito importante; já fez também a isenção do IPVA para motocicletas até 150 cilindradas; e que possamos avançar também aqui. Gostaria, depois, que V.Ex.^a dissesse da possibilidade de o Estado também avançar nessa pauta. Mas queria também, aqui, Secretário, falar que o Brasil, o Paraná e os demais Estados estão caminhando para uma conjuntura muito melhor na economia e também no que diz respeito aos dados sociais. Já estamos sentindo mobilidade social para cima e o fato de o Paraná, por exemplo, já estar com o pleno emprego, ao lado de vários Estados, o Brasil também caminha para o pleno emprego, os dados são importantes. E a renda também aumentou, basta ver que, em 2022, a renda média do trabalhador brasileiro era R\$ 2.715,00; agora, a última medida há poucos dias, chegou a R\$ 3.477,00. Há um aumento aí de 25% na renda do brasileiro. Isso é muito importante. Então está havendo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Oliveira – PODE): Para concluir, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pedir para V.Ex.^a mais um instante, porque tratei de um tema aqui que não é propriamente o da Audiência de hoje, mas dizer que estamos indo bem. A inflação está em queda, significa que, no ano que vem, vamos ficar abaixo da meta; os juros, nas próximas reuniões do Copom, todas elas, já sabemos de antemão que vai ter redução da taxa Selic,



deve fechar o ano que vem em torno de 9% da taxa Selic, saindo dos 15%. Então, caminha para conjuntura boa, o Estado pode se comprometer mais, inclusive, Secretário, com os servidores públicos do Paraná, em especial aqueles que ainda não foram contemplados com alterações na carreira, como a educação básica. Então queria pedir a V.Ex.^a que nos ajudasse também nessa condução para que o Governador atenda aqueles servidores e servidoras que não foram atendidos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Oliveira – PODE): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... mesmo aqueles que foram atendidos parcialmente, que possam ser atendidos adequadamente, como os agentes I de todas as Secretarias – agente de apoio, obrigado, Secretário – porque eles precisam de ter uma carreira que faça justiça a esses servidores. Então, fica aqui o nosso apelo mais uma vez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Oliveira – PODE): Com a palavra o Secretário de Estado Norberto Ortigara.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Lemos. Ponto um: acompanho com muito cuidado essa evolução na qualificação do leite do Paraná. Não é uma atividade fácil, é uma atividade estressante, escravizante quase, porque exige a presença das pessoas todos os dias do ano. Evoluímos fantasticamente em termos de produtividade, o senhor sabe disso, em termos de qualidade do leite e dos seus sólidos, gordura e proteína, a tal ponto de que mantemos a posição de segundo produtor do Brasil. Cresceu a produção; dados do IBGE agora, semana passada, anunciando um crescimento da produção na leitura parcial do ano. Temos, neste momento, na grande indústria, mais de R\$ 3 bilhões em investimento em estruturas para leite – São Jorge do Oeste, Ponta



Grossa, Francisco Beltrão, na fábrica de derivados de soro de leite etc. E temos uma consistente e qualificada ação dos agricultores familiares no processamento, de produzir coisas boas, como o senhor traz aqui. Pessoas que aprenderam, que conseguiram da bisavó, da avó alguma receita; pessoas que inventaram receita, são leites autorais. Temos uma boa safra de bons produtos, e não é à toa que há pessoas, tanto no concurso recém-encerrado aqui no Estado, o segundo aqui no Museu Oscar Niemeyer, premiadas, reconhecendo o esforço. Quanto aos movimentos regionais das associações, quanto à premiação nacional em Minas Gerais, quanto à premiação em Paris, é louvável esse esforço, demonstrando de fato que isso traduz o avanço havido e nós temos o máximo interesse nisso. Eu não devia estar falando porque como queijo, quando posso, em todas as refeições, sou aficionado por queijo. Nenhuma dificuldade em introduzirmos na nossa legislação do ICMS o Convênio do Confaz. Não sei por que não está na nossa legislação, provavelmente nunca foi demandado. Tem lá um pedaço que já é isento, que está na fábrica do agricultor, que compõe inclusive o nosso regulamento do ICMS, a regra geral. Já conversamos aqui com a Suzane e com o Alexandre, o primeiro Confaz que houver, agora dia 3 de outubro, lá em Porto Alegre, vamos pautar isso previamente no Cotepe, para pedir a nossa adesão do Paraná e fazer letra legal no Estado do Paraná. A questão que o senhor levanta em termos de cuidados, sim, eu disse aqui que nós em 2023, 2024, 2025, reestruturamos 18 carreiras. Na minha cabeça aqui, tem algumas que faltam ainda: é o pessoal estatutário celetista da Emater/Codapar, o pessoal estatutário da Emater, o pessoal da Mineropar que sobrou, que está em liquidação, mas está incorporado lá. A Receita Estadual, ele está cochichando aqui, mas vamos pensar no caso. Os agentes de apoio, que precisamos de fato; tem um impacto pesado na Previdência, que é um contingente grande, mas está sendo estudado com carinho por nós lá. Enfim, queremos fazer esse movimento de tal sorte que todas as carreiras, todas, de alguma forma possam ser tratadas de per si e deixando o espaço fiscal para que, em 2026, em algum momento, possamos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

tratar da data base como uma forma de repor. De qualquer forma, Deputado, tenho estudos aqui: carreira quatro por quatro. Para uma inflação 43%, 45% de 2019 para cá, tivemos poucas carreiras ou pouca parte das tabelas que não superaram em muito em termos de ganho real. Sim, as pessoas criticam: *cadê meus 40%, Sr. Ortigara?* Não, os 40% foram dados na forma de você mudar a tua carreira. Ah, sim, mas não foi da data base *bonitinha*, como de fato poderia ter acontecido. Então, o Estado fez o movimento no sentido de atualizar grande parte dos salários. (É retirado o som.) Concluindo então, temos esse movimento no sentido de olhar com respeito e carinho, defendendo aqui que recuperemos, pelo menos parcialmente, daqueles que não tiveram a capacidade de viver melhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Oliveira – PODE): Para a réplica, três minutos para o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer, Secretário, a acolhida da demanda dos produtores de queijo, demais produtos artesanais do Paraná. Que o Paraná possa fazer a adesão ao convênio do Confaz e que a gente possa, então, ficar bem competitivo, não perdendo para os estados vizinhos aqui. E é importante que essa isenção não é só para o produtor, é também para o consumidor, porque, se fosse só para o produtor, aí o consumidor fica majorado. Então, é importante que essa isenção chegue também ao consumidor. É bom para quem produz e é bom para quem consome. Quero aqui também dizer, Secretário, que temos condição, pelos dados apresentados pela Secretaria da Fazenda, temos margem financeira, margem fiscal, temos também condição de fazer as alterações necessárias aos servidores que ainda precisam. Citei também aqui o magistério, a educação básica e os funcionários de escola também, somando aos demais servidores que V.Ex.^a já elencou. Então, é possível, dá para avançarmos e gostaríamos muito de avançar, porque fecha o mandato do Governador atendendo



todas as categorias. Também para finalizar aqui, mais uma vez, recorrer a V.Ex.^a, porque os produtores de leite do Paraná e do Brasil estão muito preocupados. Amanhã, inclusive, vamos receber aqui na Assembleia muitas lideranças do interior do Paraná trazendo essa preocupação. Precisamos, mais uma vez, da ajuda do Governo do Estado. Estamos cobrando também o Governo Federal para socorrer a bacia leiteira brasileira – aqui, no nosso caso, socorrer a bacia leiteira paranaense. Os preços despencaram do valor do litro de leite e isso não está pagando nem o custo para produção. E não podemos deixar a bacia leiteira ser desmontada, porque ela é muito importante, em especial, para a agricultura familiar do Brasil e do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Verdade, Deputado Lemos. Depois da soja, do frango, do milho, o leite é o quarto produto que mais gera valor em nossas propriedades rurais do Paraná, tem uma relevância social, econômica muito importante sim. Quanto à questão de mais grana para salário, para remuneração, vou repetir uma frase dura aqui: pela minha mão, o Estado não quebra de novo. Então, temos que levar sempre entendendo as dores, olhando o mercado privado, olhando a necessidade dos servidores, mas nos comportando dentro daquilo que a Lei n.º 101 nos obriga a cumprir. Mostramos aqui que subimos quase um ponto em relação à última demonstração. Estamos perto do limite de alerta, mas vamos cuidar para não estourar muito. Temos que abrir espaço fiscal, sim, para alguma reposição salarial em 2026. Então, vamos dosar isso olhando com carinho essas outras carreiras que não tiveram, nos últimos tempos, alguma reforma de tabela, alguma reorganização interna de tabela. Então, muito obrigado pela sua contribuição. Pois não.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só complementar, Deputado, é importante também registrar que o Estado fez – tem feito – muitas contratações de novos servidores. O Estado ficou, principalmente quando você pega as áreas meio do Estado, muito



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

tempo sem repor. Temos contratado professores, policiais, porque, de fato, tem necessidade. O pessoal se aposenta e precisamos repor. Para vocês terem uma ideia, o Estado contratou 3 mil 120 pessoas em 2024 e, até agosto de 2025, já contratou 2 mil 816 pessoas. São novos servidores para ajudar o Estado a prestar o serviço público. Então, de fato, temos a consciência da importância de uma reposição, mas também acreditamos que ela tem sido feita de outra forma. Se pegarmos de 2022 a 2025, fizermos um estudo de toda a base dos servidores que estavam em 2022 e estão em 2025, praticamente 90% deles, através de uma forma indireta, receberam a reposição inflacionária. De fato, esse é um número importante que acompanhamos lá também. Além disso, não fizemos só 18 carreiras reestruturadas, encaminhamos 29 projetos de lei de carreiras reestruturadas. Então, tivemos, durante o Governo Ratinho, carreiras que foram reestruturadas mais de uma vez, por exemplo, a Polícia, o próprio magistério também teve duas reestruturações. Então, o Estado, Deputado, fez a reposição de uma outra forma e agora, várias dessas carreiras estão acabando os pagamentos. Só temos, no ano que vem, as Forças Policiais, se não me engano, e os Procuradores que têm uma parcela a ser paga em 2026. De fato, isso acabou, foi uma política que o Estado fez, foi vantajosa, foi bem-sucedida, mas, de fato, conciliar a reposição inflacionária, reestruturação de carreira e mais contratações pode ser muito delicado para o Estado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhores Deputados, Sr. Presidente Fabio, pedir aqui a gentileza do apoio dos senhores. Até para responder o Chiorato: não sai obra porque não tem licença, demora licença. Por mais que tenhamos reformulado o IAT, colocado gente para dentro – bastante –, estamos pedindo aqui uma nova mexida no anexo de contratações agora, para contratar mais 150 geólogos, geógrafos, engenheiros. É uma lista grande de profissionais que precisamos dar mais corpo para que o próprio IAT consiga dar conta do tamanho do pedido de licenciamento que temos em carteira no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Então, vem para cá, assinei hoje de manhã. Vem hoje ou amanhã um pedido aqui de autorização legislativa para incluir no anexo da LOA mais de 150 profissionais que, lamentavelmente, por falta de planejamento dos órgãos, acabou não constando. De fato, temos aqui uma autorização para quase 8 mil contratações nas várias frentes. Só QPPE são mais de mil pessoas que foram autorizadas para recompor o caldo de cultura dos vários órgãos, das várias secretarias. Coisa que ficou muito parada no tempo, estamos colocando *sangue novo*.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Presidente, só para complementar. Estava até agora nos bastidores, ali conversei com o Deputado Arilson sobre os investimentos, até para não ficar sem resposta. O Estado do Paraná, até por uma orientação, um entendimento do nosso Tribunal de Contas, quando faz um convênio com o município, ele empenha e vai liquidando na medida em que a gente vai tendo a execução desse convênio, tendo as medições. Muitos estados, diferentes do Estado do Paraná... Ele empenha, liquida o convênio na sua integralidade. Para vocês terem uma noção, a Secid empenhou até... Daqueles R\$ 4,4 bilhões até agosto, R\$ 1 bilhão é da Secid. Então, considerando essa forma contábil, isso também explica um pouco da baixa execução. Baixa execução não, porque ela é extremamente elevada, 2,5 de liquidação é um patamar bastante elevado, não só para o Estado do Paraná, mas para qualquer outro estado. Então, de fato, temos entregado muito mais investimento e empenhado também muito mais investimento.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: É isso. Obrigado pela oportunidade, Sr.^s Deputados, de prestar conta aqui. Acho que respondemos as suas questões.

SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Oliveira – PODE): Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, dia 23, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária de terça-feira** – Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 107/2025,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

483/2025, 531/2025, 657/2025 e 701/2025; 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 499/2020; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 755/2024, 654/2025, 716/2025, 741/2025 e 774/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 890/2023, 1043/2023, 528/2025 e 593/2025; e **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira – Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 499/2020, 890/2023, 1043/2023, 528/2025 e 593/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 755/2024, 654/2025, 716/2025, 741/2025 e 774/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 600/2024, 691/2025, 739/2025 e 740/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 475/2021, 627/2025 e 735/2025.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h11, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)